

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Nos limites do patriarcalismo: gênero, identidade e chefia feminina de domicílios em Mariana, c. 1800 – c. 1822.

Romilda Oliveira Alves¹

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo apresentar parte de um estudo sobre a chefia de domicílios por mulheres solteiras, em Mariana, Minas Gerais, nas primeiras décadas do século XIX. Através de uma abordagem qualitativa dos testamentos/inventários bem como quantitativa das listas nominativas, este estudo pretende analisar a estrutura e organização dos domicílios rurais e urbanos, procurando similaridades e diferenças entre eles.

Palavras chave: Mulher, Família e Domicílio

Abstract: The present work has as objective presents part of a study on the leadership of homes for single women, in Mariana, Minas Gerais, in the first decades of the century XIX. Through a qualitative approach of the testamentos/inventários as well as quantitative of the nominative lists, this study intends to analyze the structure and organization of the rural and urban homes, seeking similarities and differences among them.

Keywords: Womem, Family, Houses

A partir da década de 1980, a historiografia de gênero no Brasil, no campo da história social, tem produzido inúmeros trabalhos sobre a diversidade das condições de vida das mulheres que, ao longo, do tempo construíram a nossa história. Os estudiosos de gênero, ao se dedicarem a analisar as fontes da demografia histórica, abriram espaços para que se repensasse o papel feminino na sociedade, principalmente no interior da família.² A historiografia recente que aborda o período colonial observou, por exemplo, que “mulheres atuantes, chefes de domicílio e de negócios emergiram como contraponto à mulher branca de elite, ociosa e deitada na rede a gritar com seus escravos” (SAMARA, 1996: 23).

Nesta perspectiva, o presente trabalho pretende abordar a questão da chefia feminina solteira de domicílios em Minas Gerais, no período colonial. Tomando como cenário privilegiado a região de Mariana, nas primeiras décadas do século XIX, analisaremos a

¹ Mestranda em História pela Universidade Federal de Minas Gerais.

² A categoria gênero refuta o determinismo biológico, expresso em termos como “sexo” ou “diferença sexual”. Dessa maneira, esta categoria coloca em xeque os enfoques que, naturalizando e universalizando as experiências femininas e masculinas, não conseguem perceber a complexidade da vida cotidiana dos sujeitos históricos.

estrutura e organização dos fogos³ rurais e urbanos, procurando similaridades e diferenças entre eles. Verificaremos se na área rural havia um pequeno número destes domicílios se comparado com os do meio urbano. Assim, buscaremos traçar a condição e o perfil social dessas mulheres chefes solteiras: quem eram, quantas eram, se tinham filhos (ilegítimos ou naturais) e a qual etnia pertenciam.

Para esse estudo, privilegamos as freguesias de Santa Rita do Turvo, São João Batista do Presédeo, São Januário do Ubá e Rio Pomba, por se caracterizarem como regiões de “expansão agrícola”. A escolha das listas nominativas de habitantes⁴ dessas localidades se deu por elas apresentarem, no século XIX, – de acordo com a historiografia -, um perfil econômico tipicamente agrícola. No que diz respeito à cidade de Mariana, nossa escolha se deveu ao seu caráter urbano. A essa documentação fomos articulando um conjunto de inventários/ testamentos que possuem alguma referência à prole ilegítima e/ou mulheres solteiras, a partir dos quais foi possível tecer uma compreensão sobre o universo social e econômico em que elas estavam inseridas.

Os estudos desenvolvidos por Donald Ramos acerca da família em Vila Rica dos séculos XVIII e XIX foram referência central, ao longo de todo o trabalho. Buscando explicar as razões pelas quais as mulheres encontravam obstáculos variados para formar uma família legítima, Ramos levanta hipóteses de diversas naturezas: econômicas, burocráticas e emigrações da população - na maior parte masculina - para áreas de fronteira agrícola. O autor conclui que nas regiões estudadas por ele, a presença de mulheres como chefes de família é significativa nos vários contextos econômicos, exceto na área de expansão agrícola. Samara corrobora estes argumentos; segundo ela, ao que tudo indica, nas áreas rurais, e especialmente nos momentos de expansão agrícola, a presença feminina na chefia de família é menor do que nas áreas urbanas, o que se explica pela maior migração masculina em busca de melhores condições de sobrevivência em regiões de fronteira, nos espaços urbanos (RAMOS apud SAMARA, 1993: 53-55). Tais hipóteses não puderam ser testadas em nosso estudo; no entanto, os resultados obtidos por Ramos e Samara nos foram úteis, uma vez que percebemos

³ Utilizar-se-á os termos “fogo”, “família” e “domicílio”, como sinônimos. Clotilde Andrade Paiva mostra que fogo é o termo português usado no século XIX para se referir a domicílio. Segundo ela, os termos fogo e família também foram utilizados como sinônimos nas listas nominativas de habitantes mineiras. Essa utilização se deu tanto nos casos em que havia relações consanguíneas explícitas entre os arrolados, quanto naqueles em que dentro de uma mesma unidade doméstica existia a presença de pessoas ligadas por laços consanguíneos juntamente com agregados e escravos. Desta forma, os critérios usados para definir fogo ou família vão muito além da presença ou não das relações consanguíneas. Cf. PAIVA, Clotilde A. *População e economia: Minas Gerais do século XIX*. 1996. 229 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo. p. 59.

⁴ As Listas são documentos manuscritos, elaborados por distritos de paz, que contêm a relação nominal dos habitantes com algumas características pessoais e domiciliares. Cf. PAIVA. A., 1996.

que a representatividade de unidades domésticas, em Mariana, sob comando feminino, encontrava-se no meio urbano.⁵

Assim, observamos que dos 330 fogos arrolados em Mariana - caracterizada como área urbana -, 89 domicílios eram chefiados por mulheres solteiras (27,0 %). Por outro lado, em Santa Rita do Turvo - região rural - foram listados 217 fogos, dos quais apenas 9 (4,14%) eram de chefes femininas solteiras. No caso da região rural de São João Batista do Presédeo, verificamos que, dos 469 fogos listados aparecem 81 (17,3%) chefiados por mulheres solteiras. Dos 133 domicílios rurais de São Januário de Ubá, apenas 19 (14,3%) estavam sob o comando doméstico das mesmas. Esta pequena proporção de chefatura feminina solteira também se observa para a região rural de Rio Pomba, do total de 110 domicílios, somente 13 (11,1%) eram dirigidos por tais mulheres. Dessa forma, nos fogos rurais, a proporção de chefia feminina solteira representa, aproximadamente, em Turvo 4,14%; Presédeo 17,3 % e em Ubá 11,1%.

Em Vila Rica, no ano de 1804, Ramos observou 764 mulheres adultas sustentando a própria família, e esse número representava 45% do total de domicílios desta localidade. Segundo ele, as cidades ofereciam melhores oportunidades de trabalho para as mulheres chefes de família, pois as mesmas poderiam se dedicar às atividades de costura e de venda. O que explicaria, de acordo com o autor, pelo menos em parte, o predomínio delas nas áreas urbanas.

Nosso estudo também mostra que, dentre os domicílios encabeçados por mulheres solteiras, as pardas predominavam nas regiões analisadas. No que diz respeito aos fogos da área urbana, a participação das pardas é de 40,4%, seguidas pelas negras, 33,7 %, e as brancas com 24,71%. Já no distrito rural de Santa Rita do Turvo, observamos 66,6% de pardas e 33,30% de brancas, sendo que as negras não aparecem como chefes de fogo. Em Presédeo, vemos que as pardas solteiras representavam 57,14%, as brancas 31,17% e apenas 11,69 eram negras. Por sua vez, observamos também em São Januário de Ubá, pertencente à freguesia de Presédeo, o maior número de pardas (58,33%) como chefes solteiras, assim como em Rio Pomba (61,54%). De um modo geral, a comparação destes resultados nos permite afirmar que as mulheres solteiras chefes de fogo demonstraram a mesma tendência comportamental em

⁵ José Luiz de Freitas, ao estudar as estruturas fundiárias de Jundiá do século XIX, também observou que, os domicílios encabeçados por mulheres, predominavam no meio urbano. A pequena proporção de chefatura feminina no meio rural, de acordo com Freitas, poderia estar no fato de que, muitas mulheres deveriam estar agregadas a outros domicílios chefiados por parentes ou mesmo pudessem ter emigrado para as áreas urbanas. FREITAS, José Luiz de. O mito da família extensa: domicílio e estrutura fundiária em Jundiá (1818). In: COSTA, Iraci del Nero. (Org.) *Brasil: história econômica e demográfica*. São Paulo: IPE/USP, 1986. p. 218.

relação à questão étnica no universo rural e urbano de Mariana, onde predominavam as pardas.

Este fenômeno do predomínio das pardas como chefes de família tanto no universo rural quanto urbano é bem interessante, pois confirmam os estudos de Donald Ramos para Vila Rica. Tal autor evidencia para o ano de 1804, cerca de 38,2% de mulatas chefiando domicílios, seguidas pelas crioulas 38,1% e brancas 10,5%. Já para Ouro Preto – em 1838 - o autor observou 52,2% de chefes femininas mulatas, seguidas pelas brancas 30,3% e crioulas 12,6% (RAMOS, 1989: 155). Por outro lado, tal fenômeno difere dos estudos de Samara dedicados à área urbana de São Paulo do Século XIX, onde 64,9 % das mulheres chefes eram brancas, 28% mulatas e 6% pretas (SAMARA, 1989: 38).

Constatamos que o setor de agricultura é aquele onde se inclui a maioria das mulheres solteiras com ocupação declarada, nas regiões de Santa Rita do Turvo, Presídeo, Ubá e Rio Pomba, em 1819/1821. No entanto, vemos um número relativamente alto de atividades femininas que não foram mencionadas na lista nominativa de Presídeo e São Januário de Ubá. Observamos também que há um número considerável de chefes femininas e solteiras arroladas como indigentes em Santa Rita do Turvo. No que diz respeito a Rio Pomba, dentre as 13 chefes solteiras, detectamos uma preponderância de agricultoras (6), seguida das costureiras (5) e, por fim, das tecedeiras (2). Portanto nesta localidade, há uma maior diversificação de ocupações femininas listadas quando se comparada às demais regiões rurais acima analisadas. Francisco Andrade nos informa que, o setor de artesanato muito bem representado pelo número de fiandeiras, tinha participação expressiva nas regiões rurais de Mariana, no século XIX (ANDRADE, 1994: 79).

No tocante às atividades femininas no meio urbano, dentre as 89 solteiras e chefes, encontravam-se 15 indigentes, 4 que viviam de vendas e 2 ocupadas com lavras, além de 68 com ocupações não declaradas. Ida Lewkowicz ao estudar a lista nominativa observou que o recenseador foi bastante rígido ao classificar as ocupações. Aos mais pobres designou como indigentes, embora estes tivessem meios para ganhar a vida (LEWKOWICZ, 1992: 71).

Como interpretar tão poucas referências às atividades femininas nas listas nominativas? A sugestão é a de que elas possivelmente estivessem sub-registradas. De acordo com Clotilde Andrade Paiva:

Escravos e mulheres tinham por definição, implícitos em suas condições individuais, o exercício de um leque de tarefas tais como serviço doméstico em geral, fiar e tecer, fazer o que lhe mandam etc. que podia não ser percebido pelo informante como algo distinto da sua própria condição. Arriscamos

a dizer, que poderia ser quase redundante dizer que uma mulher exercia tarefas domésticas ou que um escravo fazia isto ou aquilo (PAIVA, 1996: 64).

Desse modo, muitas destas chefes solteiras que não tiveram suas ocupações declaradas poderiam estar envolvidas numa diversidade de atividades da indústria têxtil doméstica, bem como nos pequenos negócios e vendas.⁶ Donald Ramos, assinala que era por meio de atividades de venda e costura que grande parte das mulheres pertencentes à área urbana de Vila Rica buscava recursos econômicos para sustentar a sua família, principalmente as mães solteiras. Segundo ele, a venda de comida nas ruas era uma atividade predominantemente do domínio das mães solteiras chefes de família, e em geral, tais mulheres eram identificadas pelo título bastante ambíguo, “vive de sua agência” (RAMOS, 1989: 163).

Como já sabemos, um significativo número de mulheres livres que se ocupavam das atividades do setor têxtil, dentre elas, fiandeiras, tecelãs, rendeiras e costureiras foi fartamente documentado nos estudos recentes sobre a economia mineira oitocentista. Douglas Libby ao analisar o mapa de população correspondente ao período de 1831-1840, observou que na Zona Metalúrgica – Mantiqueira, onde se localiza Mariana – mais de 50% das mulheres livres se ocupavam das atividades do setor têxtil, dentre elas, fiandeiras, tecelãs, rendeiras e costureiras (LIBBY, 1988, 187:196). Para Libby, a produção doméstica de fios constitui uma das principais atividades de transformação durante boa parte do século XIX, e foi por meio delas que muitas mulheres obtiveram recursos para o sustento do seu lar. Na visão do autor, a participação de um número significativo de mulheres e meninas neste ramo de atividade chegou a superar numericamente qualquer outra categoria profissional, isto contribuiu para a construção de uma indústria têxtil nas Minas oitocentista (LIBBY, 1988:14-17).

Outro aspecto importante para a compreensão da composição e organização dos domicílios é o plantel de escravos. Neste estudo observamos que em todas as regiões analisadas - exceto em Presídeo - o número médio de escravos por domicílios, comandados por mulheres solteiras, foi sempre superior a 1,0. Chegando ao máximo de 3,05 em Ubá. Por outro lado, percebemos também que havia um pequeno número de escravos presentes nos

⁶ Os diferentes papéis ocupados pelas mulheres foram estudados pela historiadora Maria Odila Leite da Silva. A autora observou, para a cidade de São Paulo no século XIX, que era no espaço urbano que as mulheres mais pobres, livres, forras e escravas melhor improvisavam a sua sobrevivência. Roceiras e vendedoras perambulavam cotidianamente pelas ruas e principais pontos da cidade, fazendo o comércio clandestino e iludindo o fisco. Muitas dessas mulheres se viam obrigadas a improvisar papéis masculinos, como era o caso de tropeiras que conduziam boiadas e/ ou exerciam papel de vendedoras. Segundo Silva Dias, muitas dessas livres eram brancas empobrecidas, solteiras, solteironas que disfarçavam a sua pobreza sob os mantos de baeta negra, herdados de tempos melhores. Cf. DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 22 - 58 *passim*

domicílios urbanos se comparado com os do meio rural. Contudo, no meio rural e urbano as maiores posses de escravos estavam nas mãos de mulheres solteiras brancas, enquanto a não propriedade de escravos - e algumas pequenas posses - era domínio das pardas e crioulas. No entanto, chama-nos a atenção o fato de encontramos apenas duas mulheres solteiras chefes de domicílio, moradoras da cidade de Mariana, como donas de mais de 9 escravos. Certamente, a explicação mais plausível para tal realidade pode ser tirada na discussão historiográfica que trata de uma relação direta entre o número de escravos e a prosperidade de um domicílio. Assim, podemos aventar a hipótese de que alguns desses domicílios pertenciam às camadas populares.

É bem provável que as mulheres solteiras e chefes, tanto da área urbana quanto da rural não tivessem tido condições de manter um número considerável de agregados em suas propriedades. Uma vez que o número médio deles por domicílio em ambas às localidades não chegou a ultrapassar 1,0.⁷ Além disso, observamos que o número médio de filhos remanescentes nos domicílios das mães solteiras, tanto do meio urbano quanto do rural, mostrou-se relativamente pequeno: 1,1 e 2,3 respectivamente.

Ramos, ao analisar os censos de Vila Rica do ano de 1804, fez um estudo diacrônico, ou seja, acompanhou a evolução dos lares chefiados por mulheres ao longo do tempo. Assim o autor concluiu que, no geral, as mães solteiras chefes de família, tanto no meio urbano quanto no rural, tinham em média menos filhos do que as mulheres casadas, e inclusive, moravam em fogos menores. Segundo Ramos, o baixo *status* econômico que muitas mulheres solteiras possuíam, incapacitava-as para sustentar famílias grandes, principalmente nas áreas urbanas. É este fator pobreza, de acordo com o autor, que contribuía para que houvesse um número médio pequeno de filhos por fogos chefiados por mulheres solteiras. “Na cidade, os mais pobres se separavam dos filhos que eram encaminhados para a proteção de outras famílias, engordando o séqüito de dependentes. Lá aprendiam um ofício ou tornavam-se serviçais” (RAMOS, 1989:155-163).

É possível que grande parte destas mulheres solteiras - chefes de domicílio - estariam vivendo em uniões consensuais uma vez que, para as mais pobres, a opção por uma relação consensual poderia ter significado uma forma de sobrevivência. Infelizmente, esse tipo de informação não aparece em nossas fontes. Porém, esta omissão é compensada pela forte presença de crianças, definidas nos registros de batismo como “naturais”.⁸ Desta forma,

⁷ Donald Ramos afirmou que, o pequeno número de agregados e escravos dentro de um domicílio, é uma indicação de pobreza e baixo status social da família.

⁸ Em nossa pesquisa, observamos nas atas de batismos -1807/1817-, da Catedral da Sé de Mariana que o número de ilegítimos representava 53,09% do total das crianças que receberam o sacramento do batismo no período. O

talvez o fato de muitas mulheres serem mães de filhos naturais, é um indício de que muitas delas estariam vivendo em uniões consensuais quanto em fortuitas no momento da realização do sacramento do batismo. No entanto, também inferimos que algumas destas mulheres foram celibatárias; e outras nunca tenham constituído famílias ilegítimas.

É necessário salientar que apesar de observarmos a presença de agregados e filhos nos fogos de mulheres solteiras, foi significativo o número de domicílios solitários, principalmente na área urbana de Mariana. Algumas delas, por não terem herdeiros forçados, deixaram como herdeiros de seus legados, pessoas com quem tinham maiores vínculos afetivos. Assim, observamos em nossa amostragem de inventários um grande número de testadoras solteiras sem filhos, deixando seus legados para sobrinhos, irmãos, afilhados, parentes em geral e amigos mais próximos. Este é caso de Clara Maria Dias Batista, moradora na cidade de Mariana.

Declaro que sou natural e batizada na freguesia de São Sebastião termo desta cidade filha legítima digo filha natural de Maria Fernandes Preta courana e de pai icógnoto (...) me tenho no estado de solteira sem herdeiros ascendentes nem descendentes que hajão de herdar meus bens por cuja razão depois de pagas as minhas dívidas e cumpridos os meus legados de todo remanescente que sobrar de minha fazenda instituo por minha universal herdeira a Maria parda filha de Francisca Dias moradora desta cidade.⁹

Encontramos ainda casos de mulheres solteiras, pardas e forras, de razoável condição econômica material. Caso notável foi o de Iria Pereira de Jesus, moradora da cidade de Mariana. O domicílio desta mulher, em contraste com os de outras mulheres solteiras pesquisadas, era o mais afortunado, pois, além de uma casa situada na rua Direita, possuía ela quatro escravos e outros bens arrolados, dentre entre eles: jóias em ouro/ prata, barras em ouro/ prata e um chapéu fino inglês avaliado em 3\$ 000 réis. No seu testamento, datado de 1816, declara:

“(...) a dez anos possuo mais ou menos tenho tido [sic] sociedade em todo o gênero de negócio com certa quantia de dinheiro com meu primeiro testamenteiro José Ferreira de Oliveira (...) do qual já recebi o principal da sociedade e só estão os lucros por liquidarem (...).”¹⁰

O caso de Iria Pereira de Jesus é muito interessante, pois, era filha natural da escrava de Francisco Pereira de Araújo. Iria era ainda afilhada de Francisco Pereira de Araújo

índice de legítimos (33,33%), apesar de menor que o de ilegítimos, não é muito baixo. Já o índice de abandonados (expostos) é de 11,68%.

⁹ AHCSM, códice 52, auto 1162, 1º ofício.

¹⁰ AHCSM, códice 144, auto 3029, 1º ofício.

– que aparentemente lhe doara o sobrenome. Isso indica, talvez, que Iria era filha de seu padrinho que, por sua vez, dera alforria à sua mãe.

Por fim, observamos algumas semelhanças entre os nossos resultados e aqueles obtidos por Donald Ramos para Vila Rica, tais como: nas áreas urbanas os domicílios chefiados por mulheres solteiras eram em maior proporção que nas áreas rurais. Além disso, as pardas sobrepõem-se em número e proporção às brancas e negras em ambas as áreas. Observamos, no geral, que várias destas chefes femininas, viviam totalmente sozinhas, outras acompanhadas de filhos, e/ ou agregados e escravos. Entretanto, devemos ressaltar que se havia mulheres solteiras que faziam parte do contingente de “desclassificados sociais”¹¹ chefiando domicílios, havia também outras com perfis sociais e econômicos distintos.

Em suma, o que este trabalho procurou ressaltar através do estudo da chefia de família por mulheres solteiras em Mariana - na primeira metade do século XIX- foi que esse fenômeno esteve vinculado às transformações sociais e econômicas ocorridas nesta sociedade. Assim, demonstramos que de fato a chefia feminina de domicílios foi significativa no momento em que Minas Gerais passava pelo processo de expansão da fronteira agrícola.

Referências bibliográficas

- ANDRADE, Francisco Eduardo de. *A enxada complexa: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX*. 1994. 270 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1994.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- LEWKOWICS, Ida. *Vida em família: caminhos da igualdade em Minas Gerais (séculos XVIII e XIX)*. 1992. 344 f. Tese (Doutorado em História) –Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.
- LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista. Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- MELLO E SOUZA, Laura de. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

¹¹ Laura de Mello e Souza, ao se dedicar a estudar o homem livre e pobre na região de Minas Gerais do século XVIII, apontou a existência de um grande contingente de “desclassificados sociais”. Neste estudo a autora indicou que a pobreza era o elemento determinante para a formação destes “desclassificados sociais”. MELLO E SOUZA, Laura de. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

- PAIVA, A. Clotilde. *População e economia: Minas Gerais do século XIX*. 1996. 229 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo. 1996.
- RAMOS, Donald. A mulher e a família em Vila Rica do Ouro Preto: 1754-1838. In: *Congresso sobre a História da População na América Latina*, 1989, Ouro Preto. **Anais...** São Paulo: Fundação SEADE, 1990. p.154-163.
- RAMOS, 1990a apud SAMARA, Eni de Mesquita. Mulheres chefes de domicílio: uma análise comparativa no Brasil do século XIX. *Revista História*, São Paulo, v.12, 1993. p. 53.
- SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família: São Paulo, século XIX*. Marco Zero, Secretaria de Estado de Cultura de São Paulo, 1989.
- _____. Gênero e identidade na historiografia. *LPH: Revista de História Depto de História /UFOP*. Ouro Preto, n .6, p.16-26, 1996, p. 23.

Fontes

Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana - AHCM

Listas nominativas: códice 651; Códice 742; Códice 398; Códice 398; Códice 701.

Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana - AHCSM

Inventários *Post – Mortem* com testamentos (1807 -1822) 1º ofício.